

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SENAR/MS

SENAR
20170913011988
13/09/2017 14:35:36

**Recurso Administrativa
Processo Licitatório 087/2017**

27.218.926/0001-04
ANTIELE BENEVIDES
RIQUELME EGUQUISA-MEI
Rua: Barbara do Paula Ribeiro, 199
B.: Jd. Alto São Francisco Cep: 79.116-150
Campo Grande - MS

ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA, nome fantasia **TIELE ALIMENTOS E SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 27.218.926/0001-04, com sede na Rua Bárbara de Paula Ribeiro, nº 199, Bairro Jardim Alto São Francisco, Campo Grande – MS, CEP 79.116-150, neste ato representada por Antiele Benevides Riquelme Eguquisa, brasileira, casada, empresária, portadora do RG 1614358 SSP/MS, CPF 040.702.701-75, residente e domiciliada na Rua Genral Benedito Xavier, Q 24, Lt 18, Campo Grande – MS, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** ao Edital – pregão presencial 033/2017, com fulcro na Lei 8.666/93, pelos motivos de fato e de direito que passa-se a expor.

I- DO OBJETO LICITATÓRIO

Trata-se de pregão presencial 033/2017, Edital 039/2017, na qual figura como licitante o SENAR/MS, pretendendo, em síntese, a contratação de pessoa jurídica para *“locação de stands completos, tendas e bens móveis mobiliários para atender os eventos”* do licitante, nos termos do referido Edital.

II- DA PRETENSÃO DO IMPUGNANTE

Conforme consta na ATA nº 055/2017 da segunda reunião da comissão permanente de licitação, esta subscritora foi desclassificada em razão de não estar com a certidão de débitos municipais em vigência (vencimento 08/09/17 – data do pregão), bem como pela não apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2016.

II.I- DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS – MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL – LEI 123/2006 – IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – ILEGALIDADE – AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO

Consta na referida ata o seguinte teor:

“fls. 2 de 7 (...) identificaram que as empresas ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA e MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA estavam com a certidão de débitos municipais vencidas em 08/09/17, data anterior ao momento da abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação. Como a sessão foi suspensa dia 06/09/2017 e retomada apenas dia 11/09/17, e os envelopes ficaram em poder da CPL, a certidão perdeu validade. As certidões em questão são emitidas pela internet, passível de consulta pública a qualquer momento. Diante do fato e de posse das referidas certidões a Pregoeira realizou consulta ao site da

4

PMCG (endereço eletrônico). A Pregoeira conseguiu emitir apenas a certidão da licitante MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP, porém a certidão de débitos municipais da empresa licitante ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA não foi emitida pelos seguintes motivos:

Certidão Negada

Motivo (s) relacionado (s) à Inscrição do Objeto da Certificação:
Inscrição com débitos em aberto vencidos

Diante de tais fatos, cumpre ressaltar que, conforme consta na própria ata de reunião, “as empresas ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA e MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA estavam com a certidão de débitos municipais vencidas em 08/09/17, data anterior ao momento da abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação. Como a sessão foi suspensa dia 06/09/2017 e retomada apenas dia 11/09/17, e os envelopes ficaram em poder da CPL (...), ou seja, na data designada para a realização do certame, a Requerente se encontrava com a documentação em dia.

Outrossim, verifica-se o descrito na cláusula 10.5:

“10.5. a CPL poderá, visando o interesse do SENAR/MS em manter o caráter competitivo desta licitação, aceitar simples omissões irrelevantes (erros formais), para o fiel entendimento da proposta/documentação que não caracterizam motivos de desclassificação/inabilitação e que não causem prejuízo ao SENAR-MS ou lesem direitos das demais licitantes.”

No mesmo sentido, disciplina a cláusula 10.6: “Acaso eventual omissão possa ser suprida com a consulta em sítio da internet no transcurso da própria sessão e/ou documentos apresentados no credenciamento, poderá ser a licitante habilitada, ficando esta prerrogativa a critério do (a) Pregoeiro (a) e disponibilidade de recursos.”

Conforme a certidão ATUALIZADA em anexo, inclusive emitida NO DIA DA ABERTURA DOS ENVELOPES, esta subscritora encontrava-se com a certidão atualizada na propriedade de seu e-mail, o que de pronto foi informado à pregoeira que, de forma imotivada, não autorizou a consulta.

O que causa ainda mais estranheza é que, no referido Edital, não há cláusula de vedação na participação de pessoas jurídicas em regime de micro empresário individual. Logo, os liames envolvendo as cláusulas deste não pode prevalecer sobre as demais regulações hierarquicamente acima das propriedades do Edital, como ocorre no caso.

Diz o art. 42 da Lei 123/2006:

“art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato”.

No mesmo diapasão, preceitua o art. 43, § 1º, do mesmo diploma legal:

“art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da

4

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa."

Com desenvoltura, o jurista Marçal Justen Filho versa:

"Portanto, o benefício reside não na dispensa de apresentação de documentos de regularidade fiscal. Nem se trata da dilação quanto à oportunidade própria para exibição dos documentos. O que se faculta é a desnecessidade de perfeita e completa regularidade fiscal no momento da abertura ou de julgamento do certame. Em outras palavras, o benefício outorgado às pequenas empresas, no âmbito da habilitação, está sintetizado no parágrafo 1º do art. 43: trata-se da faculdade de regularização dos defeitos existentes e comprovados nos documentos de regularidade fiscal apresentados na oportunidade devida pela pequena empresa.

Daí se segue que o licitante que tiver deixado de apresentar documento de regularidade fiscal, exigido no ato convocatório, deverá ser inabilitado" (in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2º Ed, São Paulo: Dialética, 2007, p. 67)."

Diante de tais elementares, vê-se que o procedimento de desclassificação da Requerente em razão da perda de validade da certidão não acarreta de plano sua exclusão do certame, considerando o que dispõe o artigo supramencionado.

Ainda, ressalta-se que não há qualquer prejuízo ao andamento do procedimento licitatório que, aos moldes da cláusula 10.5 do Edital, deve Vossa Senhoria reabilitar a Requerente no processo licitatório, sob pena de violação aos princípios constitucionais da legalidade e da motivação administrativa.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, *caput*, disciplina que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Sobre o princípio da legalidade:

"O princípio da legalidade é considerado o pilar e a diretriz básica da conduta dos agentes em face da Administração Pública. Isto é, toda e qualquer atividade administrativa deve ter respaldo em lei, sob pena de ser considerada atividade ilícita."

Com respaldo na Constituição Federal de 1988, o princípio da legalidade vem exposto no artigo 5º, inciso II, estabelecendo que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

A mesma regra vale para o controle do Poder Legislativo, feito diretamente ou com auxílio pelo Tribunal de Contas, e pela própria Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Este princípio estabelece que o administrador deva ter a fiel e completa subordinação à lei. A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite e os agentes públicos devem cumprir de forma fiel as finalidades normativas.

Ressalta-se que a atividade do administrador público somente será considerada legítima se estiver condizente com a lei.

4

Desta forma, considerando que o procedimento adotado pela banca licitatória infringe o disposto no art. 43, §1º da Lei 123/2006, requer a juntada da certidão negativa de débitos mobiliários, nº 88353/17-06, à documentação desta subscritora, com sua posterior reabilitação no certame licitatório, a fins de se fazer a plena justiça.

II.II- DA AUSÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL – DIEPENSE DE CONTADORIA PARA EMPRESAS INTEGRANTES DO MEI – MERA IRREGULARIDADE FORMAL – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CERTAME

Consta ainda na referida ata de reunião que:

“a Pregoeira identificou ainda que a licitante ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA perdeu sua regularidade e não apresentou o balanço patrimonial do exercício de 2016, documento exigido no Edital (...).”

Após uma detida análise das demais normas que regulamentam este procedimento licitatório, vê-se que tal exigência se faz de forma teratológica.

Primeiro, porque o Edital não prevê a data mínima de vigência da empresa licitante em pleno funcionamento no mercado.

Como se extrai dos documentos apresentados por esta subscritora, sua abertura foi devidamente registrada em 03/03/2017, ou seja, a menos de 1 (um) ano, o que a dispensa de apresentação de balanço anual patrimonial, bem como afasta a exigência editalícia, conforme o seguinte entendimento Jurisprudencial:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação - Renovação de cadastro para viabilizar participação em procedimentos licitatórios - Admissibilidade - Empresa de pequeno porte - Dispensada legalmente da representação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis -Lei nº9.317/96 (regime tributário de micros e pequenas empresas) e artigo 179, da CF. - Ordem confirmada - Recurso não provido”

Ainda, há de se considerar que, de acordo com o objeto deste certame, este procedimento almeja a **“locação de stands completos, tendas e bens móveis mobiliários para atender os eventos.”**

Assim, dispõe o art. 3º do Decreto 8.538/2015:

“Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.”

Diante de tais motivos, é inconteste que a exigência editalícia que atribui o caráter eliminatório ao requisito da apresentação de balanço patrimonial anual por empresa integrante do MEI se faz de forma contrária aos regramentos primordiais de licitação.

Logo, considerando que a dispensa do balanço anual desta Requerente, além de não acarretar prejuízo ao certame ou à demais partes licitantes, bem como tal condição se faz inexigível, requer a reabilitação da Requerente no processo licitatório em epígrafe.

1

III- DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer:

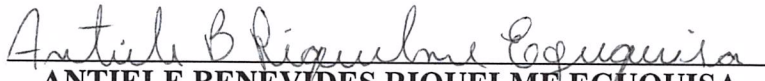
a) A juntada da certidão negativa de débitos mobiliários, nº 88353/17-06, à documentação desta subscritora, com sua posterior reabilitação no certame licitatório, com fulcro no art. 43, § 1º da Lei 123/06;

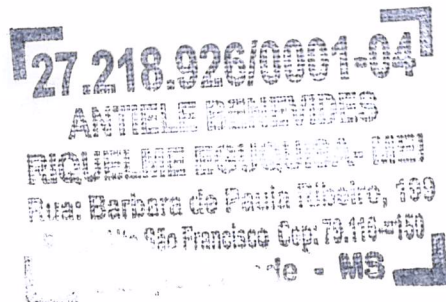
b) O reconhecimento da ilegalidade de condição de participação mediante a apresentação de balanço anual patrimonial, considerando sua abertura a menos de 1 (um) ano, a dispensa legal, bem como sua inexigibilidade de acordo com o art. 3º do Decreto 8.538/2015, tendo em vista que o objeto licitatório é de "locação de bens".

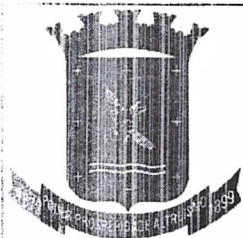
c) Frisa-se desde já que, a não reabilitação desta subscritora, bem como sua regulamentação para concorrer amplamente nos demais itens licitados, ensejará em medidas judiciais cabíveis, posto a vasta irregularidade existente no presente Edital.

São esses os motivos para qual, pede deferimento.

Campo Grande – MS, 13 de setembro de 2017.


ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA
Micro Empresário Individual





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

Folha: 1 / 1
Data: 11/09/2017 17:59

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIO

Nº DE CONTROLE: 88353/17-06

Dados da Empresa

Inscrição Municipal: 0022826200-5

Situação: Ativa

Contribuinte: 27.218.926/0001-04 ANTIELE BENEVIDES RIQUELME EGUQUISA

Nome Fantasia: TIELE ALIMENTOS E SERVICOS

Endereço:

BARBARA DE PAULA RIBEIRO, 199

Bairro: BAIRRO JARDIM ALTO SAO FRANCISCO Cidade: CAMPO GRANDE - MS

CEP: 79.116-150

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO À ATIVIDADE ECONÔMICA DESCRITA ACIMA.

Reserva-se o direito de a Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, bem como, aquelas pagas até esta data, mediante cheque, ainda não compensados, nos termos do que dispõe o Parágrafo 2 do Artigo 162 da CTN.

Validade: 11/10/2017

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada.

Campo Grande(MS), 11 de setembro de 2017.

*